

Eleições Autárquicas 2013



**Boletim sobre o processo
político em Moçambique**
Número EA 28 – 1 de Agosto de 2013



Editor: Joseph Hanlon
Editor Adjunto: Adriano Nuvunga Chefe de redação: Fatima Mimbire Repórter: Anchieta Maquitela

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, e AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa
O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

www.cip.org.mz/election2013/

Para assinar em Português: <http://tinyurl.com/mz-pt-sub> To subscribe in English: <http://tinyurl.com/mz-en-sub>

Conferência de candidaturas eleitorais: Um “exército” para manusear 30.000 folhas

Um “exército” de funcionários poderá ser mobilizado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) para proceder à verificação dos documentos de candidaturas para as eleições autárquicas de 20 de Novembro próximo.

Os procedimentos de apresentação de candidaturas anunciado pela CNE em 22 de julho, referem que “o processo recebido é conferido, rubricado e carimbado folha-a-folha, na presença do mandatário ou seu substituto, conforme a ficha-resumo de registo dos processos de inscrição ou individual do candidato aprovado pela CNE”. “No momento do recebimento de cada processo, é preenchida a ficha-resumo, sob conferência presencial do mandatário ou representante feita ao expediente que este apresenta....”.

Este é um procedimento novo, que não consta da lei, e foi anunciado na semana passada pela CNE, com objectivo de evitar a confusão ocorrida em 2009, em que os processos foram aceites sem serem previamente verificados, e só mais tarde se veio a descobrir que faltavam documentos. Esta situação resultou na exclusão de vários partidos.

Segundo o dados do STAE, este ano haverá 1.216 assentos em todas as 53 Assembleias Municipais. Assim, cada partido político, coligação ou lista de cidadãos eleitores devem apresentar candidatos correspondente ao tamanho da Assembleia Municipal e pelo menos 3 suplentes (contudo, querendo, são autorizados a apresentar uma lista de suplentes corresponde ao número de assentos).

No acto da formalização, cada candidato deverá apresentar cinco documentos, nomeadamente: cópias do bilhete de identidade e o cartão de eleitor, um certificado de registo criminal e duas declarações separadas: uma que manifesta a sua aceitação de se candidatar e outra que declara a sua elegibilidade para ser candidato.

Em 2008 houve, em média, quatro partidos ou listas de cidadãos que tiveram candidatos em cada município.

Assim, assumindo que a tendência de 2008 se mantenha este ano nas 53 autarquias, significa que o CNE deverá processar mais de 30.000 folhas e compilar duas cópias de uma ficha-resumo (uma para CNE e outra para o partido) na qual atesta que fez a conferência do documento.

A maioria dos documentos, certamente, será apresentada no último dia, 6 de Setembro. Será que o CNE está pronta para processar 20 mil folhas em um dia?

A CNE reconhece que serão “muitos” documentos por analisar, mas garante que desta vez estará melhor preparada para lidar com os mesmos, evitando, deste modo o que aconteceu em 2009, em que alguns partidos queixaram-se do desaparecimento de algumas folhas.

Esta garantia foi dada por António Chipanga, vogal da CNE e coordenador da comissão jurídica, o mesmo que numa reunião com os observadores da comunidade diplomática, a 23 de Outubro de 2009, admitiu que a CNE não estava preparada para os milhares de processos que foram apresentados a 29 de Julho do mesmo ano, e que as caixas com processos foram deixadas espalhadas por toda a CNE.

Na ocasião, Chipanga que também ocupava o mesmo cargo, chegou, mesmo, a fazer ironia acerca de um “vento maligno” que aparentemente espalhou alguns papéis.

A CNE acreditava que podia verificar todas as candidaturas e que tinha elaborado um recibo adequado para entregar ao partidos políticos, como comprovativo de que havia recebido a documentação, sem, no entanto a sua confirmar a sua conformidade.

De facto houve um caos total e não foi feita nenhuma verificação antes de entregar o recibo e o Conselho Constitucional, na sua deliberação (Acórdão nº 09/CC/2009 de 28 de Setembro), disse que aceitar os processos sem os verificar “viola manifestamente disposições imperativas da lei”.

Chipanga disse que este ano, a CNE estará preparada, devendo contar com um “exército” de funcionários do STAE e CNE, alguns dos quais serão funcionários e membros das comissões eleitorais da Cidade e Província de Maputo. Este foi um dos meios utilizados nas eleições passadas para verificar, novamente, os milhares de votos nulos.

Assembleias Municipais: Assentos reduzidos em Maputo, Beira e Cuamba

Os Municípios de Maputo, Beira (Sofala) e Cuamba (Cabo Delgado) terão menos membros nas Assembleias Municipais do que actualmente, devido a uma queda no número de eleitores recenseados.

Os outros 40 municípios antigos mantêm ou aumentam os números de membros, de acordo com a lista de mandatos aprovados na quarta-feira, pela CNE.

Assim, na cidade de Maputo o número de assentos cai de 67 para 64 assentos, na Beira de 45 para 44 e Cuamba, com a maior redução, de 31 para 21.

Os maiores aumentos, segundo dados da CNE, registam-se em Moatize (Tete), passando de 13 para 21 e Angoche (Nampula), de 21 para 31.

Os resultados finais do recenseamento eleitoral realizado de 25 de Maio a 23 de Julho, aprovada na quarta-feira pela CNE, contém algumas mudanças relativas ao total de pessoas inscritas. A lista contém 1.408 eleitores inscritos acima do que fora tornado público pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), imediatamente à seguir ao término do processo. Assim, o número total de eleitores inscritos elevou-se para 3.059.794.

Número de eleitores recenseados e os números dos assentos da assembleia nas eleições de 2008 e 2013

Província	Autarquia	Inscritos	Mandatos 2013	Mandatos 2008
Maputo cidade		614,671		
	Total	614,671	64	67
Maputo província	Matola	386,579	53	50
	Boane	41,889	31	
	Manhiça	31,533	21	17
	Namaacha	8,444	13	13
	Total	468,445	118	147
Gaza	Cidade de Xai-Xai	62,305	39	39
	Macia	18,648	13	13
	P.Bilene	5,941	13	
	Chibuto	26,693	17	13
	Chókwe	28,771	17	17
	Mandlakaze	10,841	13	13
	TOTAL	153,199	112	95
Inhambane	C.Inhambane	36,941	21	21
	Massinga	18,576	13	13
	Maxixe	52,732	31	31
	Quissico	9,147	13	
	Vilanculo	25,270	17	17
	TOTAL	142,666	95	82
Sofala	Beira	205,802	44	45
	Dondo	31,805	21	21
	Gorongosa	14,249	13	13
	Nhamatanda	17,121	13	
	Marromeu	21,083	17	13
	TOTAL	290,060	108	89
Manica	C. Chimoio	123,587	40	39
	Catandica	16,327	13	13
	Gondola	22,720	17	13
	Sussundenga	12,351	13	
	Manica	24,740	17	17
	TOTAL	199,725	100	82
Tete	Tete	106,713	39	39
	Ulongue	19,224	13	13
	Moatize	30,026	21	13
	Nhamayabue	7,448	13	
	TOTAL	163,411	86	65
Zambézia	Quelimane	105,887	39	44
	Alto-Molocue	20,558	17	13
	Gurue	36,672	21	17
	Milange	17,467	13	13
	Maganja da Costa	12,105	13	
	Mocuba	52,681	31	31
	TOTAL	245,370	134	118

Província	Autarquia	Inscritos	Mandatos 2013	Mandatos 2008
Nampula	C.Nampula	225,152	45	45
	Angoche	42,788	31	21
	I.Moçambique	25,331	17	17
	Monapo	33,642	21	21
	Malema	15,105	13	
	Nacala Porto	90,699	39	39
	Ribaué	18,746	13	13
	TOTAL	451,463	179	156
Cabo Delgado	C.Pemba	83,612	39	39
	Mocimboa da Praia	23,313	17	17
	Montepuez	45,910	31	21
	Chiúre	24,900	17	
	Mueda	20,278	17	13
	TOTAL	198,013	121	90
Niassa	C.Lichinga	72,102	39	39
	Cuamba	33,933	21	31
	Metangula	7,317	13	13
	Mandimba	9,695	13	
	Marrupa	9,664	13	13
	TOTAL	132,771	99	122
Total		3,059,794	1216	1113

O número de assentos na Assembleia Municipal é baseado no número de eleitores recenseados. De acordo com a lei eleitoral a Assembleia terá:

13 membros, se estiverem inscritos menos de 20.000 eleitores.

17, se registados entre 20.000-30.000

21, se recenseados entre 30.000-40.000

31, se inscritos entre 40.000-60.000, e

39, no caso de registados mais de 60.000 eleitores.

Entretanto, nos municípios onde o número de eleitores supera os 100.000, aumenta-se aos 39, um assento para cada 20.000 eleitores adicionais aos 100.000. Isto significa que, um município que registou 123.000 eleitores, terá 39+1.

Assim, a Cidade da Matola, por exemplo, que registou 386.579 eleitores, tem 39 lugares mais 14 lugares adicionais, pelos 280.000 eleitores acima de 100.000 que registou, perfazendo um total de 53 lugares.

Autárquicas: Apenas quatro manifestações de interesse em concorrer

Apenas dois partidos políticos e duas listas de cidadãos eleitores manifestaram interesse de participar nas eleições autárquicas de 20 de Novembro próximo, efectuando a sua inscrição junto da CNE.

Trata-se dos Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Partido Humanitário de Moçambique (PAHUMO), Juntos pela Cidade de Maputo (JPC) e ASSIMUNA, de Nampula, estes dois últimos são grupos de cidadãos eleitores que pretendem concorrer para ser membros das Assembleia Municipais.

Até ao momento, a CNE aceitou a inscrição do MDM e do JPC, faltando, decidir sobre a aceitação ou não da manifestação de interesse dos demais.

De salientar que, os partidos e coligações de partidos políticos devem registar-se em Maputo, mas os grupos de cidadãos locais podem submeter seus documentos para a Comissão Provincial de Eleições.

O prazo para a realização das inscrições é até terça-feira, 6 de Agosto, ao que se seguirá a submissão dos documentos de candidaturas para aqueles partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores cujas inscrições foram aceite.

Eleições gerais de 2014 estão marcadas

As eleições gerais de 2014 estão marcadas para quarta-feira dia 15 de Outubro em todo o território nacional e domingo 12 de Outubro na diáspora.

Segundo um comunicado da Presidência da República, esta data escolhida pelo chefe de Estado Armando Guebuza, para a realização das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais, é a melhor possível nos termos da lei.

CNE se compromete a melhorar ambiente eleitoral

A CNE comprometeu-se a melhorar o ambiente nos processos eleitorais, através de uma abertura e transparência, bem como estabelecimento de diálogo sistemático e regular com partidos políticos.

Esta declaração foi feita no início desta semana, pelo Presidente da CNE, Abdul Carimo, durante um encontro com o Instituto Holandês para a Promoção da Democracia Multipartidária e os partidos políticos.

Na ocasião, Carimo disse que os partidos políticos devem ser mais proactivos, mais interventivos, para que os processos eleitorais sejam mais saudáveis, justos e transparentes.

Por sua vez, os representantes dos partidos políticos, que dizem acreditar que este é o início de uma nova era no relacionamento com a CNE, apelaram que a abertura seja extensiva a todos os membros da Comissão.

Este foi o terceiro encontro entre a CNE e os partidos políticos em menos de 3 meses, sendo que o próximo está agendado para daqui a duas semanas.

Durante o encontro, entre várias questões, os partidos políticos queixaram-se da exiguidade de meios financeiros durante as campanhas eleitorais, o que faz com que partam para o processo com algumas desvantagens em relação aos partidos parlamentares.

Por sua vez a embaixadora do Reino Baixo, Frederique de Man, na sua intervenção, lamentou o clima de tensão política que se vive no país, tendo acrescentado que "custa-me acreditar que de 21 anos de uma paz conquistada com muito sacrifício e sofrimento, o povo moçambicano, sintase ameaçado pelo medo de um possível retorno ao conflito armado".

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga Chefe de redação: Fatima Mimbire Repórter: Anchieta Maquitela

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Publicado por CIP e AWEPA:

CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Frente de Libertação de Moçambique (ex-Pereira do Lago), 354, r/c

(CP 3266) Maputo www.cip.org.mz cip@cip.org.mz Tel: +258 21 492 335, 823 016 391, 843 890 584
AWEPA, the European Parliamentarians with Africa, Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
awepa@awepa.org.mz Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
